

**CONSERVAÇÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO COMO MARCA DE LUGAR:
DIÁLOGOS COM O CAMPO DA ARQUEOLOGIA**

Rita Juliana Soares Poloni
Andre Luís Maragno
Leandro Infantini
Pedro Paulo Abreu Funari

Como citar este artigo:

POLONI, Rita Juliana S.; MARAGNO, Andre Luís; INFANTINI, Leandro; FUNARI, Pedro Paulo A. Conservação Pública e Patrimônio Como Marca de Lugar: Diálogos com o campo da Arqueologia. Cadernos do Lepaarq, v. XVIII, n.36, p. 50-64, Jul-Dez. 2021.

Recebido em: 30/05/2021

Aprovado em: 25/07/2021

Publicado em: 14/12/2021

ISSN 2316 8412

Conservação Pública e Patrimônio Como Marca de Lugar: Diálogos com o campo da Arqueologia.

Rita Juliana Soares Poloni^a

Andre Luís Maragno^b

Leandro Infantini^c

Pedro Paulo Abreu Funari^d

Resumo:

Tomando como exemplo o contexto de desenvolvimento e expansão dos novos campos epistemológicos e sociais que a arqueologia galgou a partir do trabalho voltado para atender demandas públicas, este artigo propõe uma análise quanto à expansão da esfera de atuação da conservação e restauração de bens culturais, em um exercício aproximado de reflexão do campo para atuar com demandas públicas em contextos comunitários e plurais. Transitando por autores clássicos que definem a guinada da arqueologia para uma aproximação direta com o interesse público na construção de sentidos dados ao patrimônio a partir da cultura material, colocamos paralelamente a (re)construção da teoria de conservação e restauração de Salvador Muñoz-Viñas. O autor amplifica a intenção do tratamento dado aos bens culturais enquanto estreita laços com aqueles a quem se destinam, abrindo caminho para um exercício participativo que une a expertise profissional ao público que, ao se acercar dos processos, se identifica e se apropria do patrimônio, formatando novos sistemas e ordenando uma memória social, entendida aqui não como percepção cognitiva, mas como esforço coletivo de perpetuação de um patrimônio identitário. Respalda pela teórica Barbara Appelbaum, que reforça a importância de elementos externos como a consideração humana aos objetos em si e sua materialidade física, tecemos, por fim, considerações a respeito da importância de ligar a práxis da conservação e restauração de bens culturais ao público, propondo que tratar as esferas do presente de maneira participativa não implica perigo de descaracterização, mas sim um espaço de herança em constante construção.

Palavras-Chave:

Conservação e restauro; Participação pública; Memória; Patrimônio.

Abstract:

Taking as an example the context of development and expansion of new epistemological and social fields that archeology came up from the work aimed at meeting public demands, this article proposes an analysis regarding the expansion of the sphere of action of conservation and restoration of cultural goods, in an approximate exercise of reflection by the field to act with public demands in community and plural contexts. Moving through classic authors who define the shift in archeology towards a direct approach to public interest in the construction of meanings given to heritage based on material culture, we put in parallel the (re) construction of Salvador Muñoz-Viñas's theory of conservation and restoration. The author amplifies the intention of the treatment given to cultural goods while strengthening ties with those for whom they are intended, opening the way for a participatory exercise that unites professional expertise to the public, who, when approaching the processes, identify and appropriate the heritage, shaping new systems and ordering a social memory, understood here not as cognitive perception, but as a collective effort to perpetuate an identity heritage. Supported by the theorist Barbara Appelbaum, who reinforces the importance of external elements such as human consideration of the objects themselves and their physical materiality, we finally make considerations about the importance of linking the praxis of the conservation and restoration of cultural goods to the public, and understand that treating the spheres of the present in a participatory manner does not constitute a territory of mischaracterization, but rather as a space of inheritance in constant construction.

Keywords:

Conservation and restoration; Public participation; Memory; Heritage.

^a Doutora em Arqueologia pela Universidade do Algarve (Portugal). Professora Adjunta do departamento de Museologia e Conservação da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora Associada do ICArEHB/UAlg e do LEICMA/UFPel. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0544-4025>. E-mail: julianapoloni@hotmail.com.

^b Bacharel em Conservação e Restauro de Bens Culturais pela Universidade Federal de Pelotas, Mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo, mestrando em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Paraná. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0318-4365>. E-mail: andremaragno@gmail.com.

^c Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel (Brasil). Mestre em Arqueologia e Mestre em Geomática pela Universidade do Algarve (Portugal). Bolsista CAPES. Pesquisador do LEICMA-UFPel e do ICArEHB - UAlg. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3669-3315>. E-mail: leandroinfantini@gmail.com.

^d Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, livre-docente em História (1996) e Professor Titular da Unicamp (2004). Professor de programas de pós-graduação da UNICAMP, Distinguished Lecturer University of Stanford, Research Associate - Illinois State University, Universitat de Barcelona, Université Laval. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0183-7622>. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

HISTÓRIA E PRINCÍPIOS DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA

A Arqueologia surgiu no contexto do nacionalismo, do imperialismo e do cientificismo, três aspectos relacionados (POLONI; FUNARI, 2017). A modernidade, no século XVIII, testemunhou a revolução industrial, o Iluminismo racionalista, a formação de estados nacionais imperialistas, as ciências em busca da objetividade e a explicação fora do âmbito divino. A Filologia surgia como a disciplina humanística que daria novos contornos a antigas preocupações, como a Filosofia e a História, e abriria as portas para outras em tudo originais, como a Arqueologia, definida como o estudo das coisas antigas. De início, buscava-se o monumental e grandioso, o belo e excepcional, estruturas arquitetônicas, estatuária, tudo a refletir o esplendor da elite e do poder, no passado, assim como no presente (CHOAY, 2011; RIEGL, 2008). As pessoas comuns serviam para servir e para trabalhar (GOSDEN, 2006). Inventaram-se conceitos como o das raças e o da normalidade, antes inexistentes, considerados como objetivos e relacionados à visão produtivista aliada ao surgimento do capitalismo. Raça, palavra derivada do termo latino *ratio*, cálculo, de *reor*, eu junto (e separo), aplicado às pessoas, a partir das suas características físicas aparentes, a começar pela cor da pele, mas também por muitas outras, como no caso notável das formas cranianas mensuradas pela antropometria. As novas formas de justificar a ordem social seriam tão ou mais poderosas do que as anteriores, de base teológica, pois fundadas na inexorável objetividade científica, tinham a pretensão de ser irrefutáveis. Nesse contexto o racismo e o encarceramento de desviantes são facetas de um mesmo processo (MACGUIRE, COSTA, 2018).

Arqueólogos faziam parte, de forma consciente ou inconsciente e involuntária, desse processo. A formação militar (EVANS, 2014), o envolvimento com os serviços de espionagem, a participação em missões em ambiente colonial marcou a disciplina arqueológica (MOSHENSKA, SCHADLA-HALL, 2011) assim com a antropologia, a museologia e outras ciências que surgem no contexto do positivismo. Racismo, evolucionismo e colonialismo subjaziam às interpretações do registro arqueológico, com ênfase em invasões, migrações, conquistas de povos e territórios, classificação dos povos em superiores e inferiores, elementos culturais e seres humanos pensados enquanto curiosidades, entre outros (TRIGGER, 1984). Os arqueólogos não eram, em termos gerais, mais racistas, colonialistas ou sexistas do que outros acadêmicos, de antropólogos a historiadores e biólogos ou médicos. Nem tampouco, todos eram-no da mesma forma, de modo que muitos podiam apresentar perspectivas críticas e mais abertas aos subalternizados, do passado e da sua própria época. Basta citar Vere Gordon Childe e sua perspectiva humanista (TRIGGER, 1980).

Os movimentos sociais levaram a mudanças profundas, no decorrer do século XX, em particular a partir do pós-Guerra (1945), com a insurgência anti-colonialista, pelos direitos civis e femininos, a favor de maior liberdade de comportamentos. A Arqueologia tardou um pouco mais do que outros campos, como a Filosofia ou a Antropologia, a interagir com essas demandas, ainda que o humanismo estivesse presente nas mentalidades de diferentes profissionais e vertentes. A década de 1960 marcaria a disciplina por um movimento, vindo da periferia, de valorização da humanidade

dos povos indígenas ou nativos, denominado Arqueologia Social Latino-Americana (BENAVIDES, 2014), inspirada, não por acaso, em Gordon Childe (LUMBRERAS, 1974). A criação do Congresso Mundial de Arqueologia, em 1986, resultou desse processo anti-hierárquico, de cooperação com nativos, pessoas “comuns” e “subalternos” em geral, assim como com estudiosos de outras áreas, desde historiadores a linguistas (FUNARI, 2006). O código de ética aprovado em 1990 passou a levar em conta as demandas de comunidades vivas, para além de um suposto domínio técnico do especialista: vestígios humanos passaram ocupar o espaço de reflexão em relação às comunidades e pessoas concretas. Nas décadas seguintes, difundia-se o conceito de Arqueologia Pública, culminando com o surgimento da primeira revista dedicada ao assunto, no final do século passado, cujos temas deixavam já claro o escopo da área. Trata-se da revista *Public Archaeology*, de 1999, da qual um dos autores deste artigo foi cofundador.

Desde então, o campo expandiu-se muito e passou a ser relevante não só em termos sociais, como epistemológicos (BEZERRA, FUNARI 2012). A interação com pessoas e grupos contribuiu muito para que a disciplina não só fosse mais conhecida e apreciada, como relevante para o presente e para o futuro. As materialidades estudadas pela Arqueologia cada vez mais têm servido para compreender melhor o presente e nele influir para que o futuro seja diferente pela convivência entre humanos e entre estes e o resto da vida no planeta. Em termos epistemológicos as consequências também foram relevantes. A disciplina passou a fiar-se menos em certezas objetivas, como no passado havia sido pensado em termos de raça ou superioridade de uns e inferioridade de outros, por exemplo. Ou no que ainda observamos hoje, em relação ao uso do argumento da superioridade tecnológica para preservar artefatos saqueados de antigas colônias protetorados ou países periféricos, como é o caso da América Latina. Frente à certeza objetiva que justifica opressões e mesmo a destruição (Cf. BENJAMIN, 1965), no presente, a interação com grupos considerados subalternos tem levado à empatia, prenhe de questionamento interpretativo (VIVEIROS DE CASTRO, 2012). Retirada a enganosa objetividade, encobridora, apenas de quem detém o poder discursivo, a interação pública transforma a disciplina a serviço da vida.

ARQUEOLOGIA PÚBLICA E COMUNITÁRIA COMO EXEMPLO DE ABORDAGENS CENTRADAS NO VALOR HUMANO PARA A CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

O documento “*People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage*” publicado pelo *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM) em 2015, cuja versão final se deve ao trabalho realizado no workshop realizado em 2013 pelo programa “*People-Centred Approaches to Conservation*” mantido pelo referido Centro entre 2011 e 2017, dá-nos uma visão bastante desafiadora dos esforços que refletem discussões de diversos campos das ciências sociais e humanas em relação ao patrimônio cultural em contextos cada vez mais globalizados e, ao mesmo tempo, confrontados com reivindicações identitárias locais e localizadas (PRATS, 2005).

Nele pode-se perceber a preocupação com os impactos negativos provocados pelo divórcio entre comunidades e patrimônio e o posicionamento diante de abordagens centradas no humano como um elemento central da conservação patrimonial. A partir dessa noção o patrimônio não é visto como uma simples entidade isolada que requer do Estado recursos para sua conservação, mas sim como um componente capaz de prestar um papel ativo e de trazer benefícios para comunidades e indivíduos. Além disso, vê-se o engajamento das comunidades como um processo de reforço das suas habilidades de participar de forma significativa no fazer e no processo decisório que dizem respeito à conservação do patrimônio.

O conceito de comunidade toma, no referido documento, três definições, podendo ser percebido com o sentido de comunidade local, ou seja, aqueles que vivem no entorno do patrimônio, comunidades de interesse, ou aqueles que se sentem conectados ao, ou têm interesse no patrimônio e de comunidade de especialistas, compreendendo os que trabalham com o patrimônio. Isso implica uma visão segundo a qual o foco se desloca da atratividade turística dos sítios e museus, seu número de visitantes ou sua visibilidade nos circuitos que envolvem a atividade do turismo, para a preocupação com a sustentabilidade das diversas comunidades que envolvem o patrimônio, não só em termos econômicos, sociais e ambientalistas, em especial, visando à conservação com vistas ao futuro dessas mesmas comunidades e ao seu direito de usufruto desses bens no presente e no futuro.

Além disso, o documento também identifica benefícios das abordagens centradas no humano para os gestores do patrimônio, para os especialistas e para as comunidades. No que diz respeito aos dois últimos agentes, o texto esclarece que a participação da comunidade traz para os especialistas inúmeros benefícios, tais como o engajamento no monitoramento e na busca por fontes de recursos e conhecimentos para uma melhor e mais humana gestão do patrimônio, bem como o acesso a sistemas culturais e tecnológicos tradicionais e a formação de ampla rede de apoio para a conservação. Já no que se refere às comunidades, o texto indica:

(...) maior senso de propriedade; reforço das identidades culturais; espiritualidade; maiores oportunidades de emprego; aumento do retorno econômico por meio do “valor agregado” do patrimônio; contribuições para o desenvolvimento sustentável; comunidades mais sustentáveis; aumento da inclusão cultural e social e integração intergeracional; mais experiências de aprendizagem ao longo da vida; oportunidades de lazer mais variadas; redução da pobreza e melhor compreensão intercultural (ICCROM, 2015, p.5).

Muito embora tais benefícios apresentem-se como bastante heterogêneos e possam variar segundo o tipo de sítio patrimonial e de comunidades envolvidos nas ações, seus graus de interesse, o tipo de apoio e infraestrutura disponíveis, parece ficar claro que o envolvimento das comunidades no processo de conservação do patrimônio pode potencialmente trazer inúmeros benefícios para todos os agentes envolvidos.

Para que isso se concretize, o documento ainda propõe algumas ações práticas, que podem ser implementadas por gestores, especialistas e comunidades, indicando, no caso dos especialistas, a abertura para discussões e ajustes junto à comunidade do sistema de gestão dos sítios, a constituição

de um canal de diálogo sobre a identificação, interpretação, definição de valores e significados do patrimônio junto com a comunidade e também o desenvolvimento de projetos de conservação patrimonial. No caso das comunidades, essas devem sugerir e organizar iniciativas próprias relacionadas ao patrimônio, partilhar conhecimentos a respeito dos sítios, envolver-se nas atividades oferecidas por gestores e especialistas e partilhar recursos, sobretudo humanos.

Parece claro que tais iniciativas implicam “uma nova mudança de paradigma com base no bem-estar das pessoas e do patrimônio” (UNESCO, 2015, p. 6), levando à necessidade do desenvolvimento ou do aprofundamento, no seio das ciências relacionadas ao patrimônio, não somente de novas metodologias de trabalho, mas sobretudo da conformação de campos teóricos que dialoguem diretamente com tais necessidades.

Nesse sentido, a arqueologia pública e comunitária traz interessantes pontos de reflexão para a construção de campos inter ou transdisciplinares, que abordem a conservação do patrimônio a partir de perspectivas em consonância com os princípios aqui abordados.

Na introdução da obra “A multivocalidade da Arqueologia Pública no Brasil”, intitulada “Arqueologia Pública: diálogos sobre experiências e práticas no Brasil, Renata Garraffoni (2017, p. 27), citando Barbara Little, define a prática da arqueologia pública como “um posicionamento político diante do trabalho com a cultura material, ou seja, é um processo de engajamento entre arqueólogos e comunidades, envolvendo um sentido mais amplo de responsabilidade e justiça social no contexto profissional”. Para tanto, Garraffoni aponta para a necessidade de reavaliarmos conceitos teórico-metodológicos da disciplina e de investirmos esforços na comunicação com as comunidades e na educação patrimonial. Segundo ela, se isso nos impõe os riscos de enfrentarmos silêncios, de promovermos resistências e de nos abirmos ao novo, tal posicionamento nos proporciona, por outro lado, a “produção de conhecimento na sua multiplicidade, desestabiliza certezas e amplifica as capacidades de ação humana” (2017, p.28).

Segundo Nick Merrimann (2004, p.2) a Arqueologia Pública seria um campo voltado para o interesse público em geral. Isso incluiria, como bem ressalta Garraffoni, a externalização dos resultados da pesquisa, a partilha dos saberes e dos fazeres dos campos teórico-metodológicos da disciplina, e dos valores e conhecimentos relacionados ao patrimônio, gerados pela esfera científica, com as suas diversas comunidades, mas, ainda, como preconiza a Arqueologia Comunitária “significa envolver a população local nas pesquisas arqueológicas e nas políticas de representação do patrimônio cultural” (FERREIRA, 2015, p.81).

No texto “Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural” Lucio Ferreira (2015) aponta que, embora as metodologias da arqueologia comunitária possam variar conforme as especificidades culturais das comunidades e dos problemas de pesquisa envolvidos, elas enfatizam a necessidade de tornar as comunidades como colaboradoras ativas de todo o processo de pesquisa levando as discussões e o processo decisório para as etapas de prospecção, de trabalho de campo, de trabalhos laboratoriais, e de gestão do patrimônio, por exemplo. Deve-se manter contato permanente com as comunidades, de forma a compreender sentimentos e interpretações diante de todo o processo. O patrimônio aqui é visto como depositário de signos que permitem o

auto-reconhecimento das comunidades, possibilitando articulações entre passado e presente, bem como confrontos com memórias subterrâneas, esquecimentos e reivindicações sociais e políticas (FERREIRA, 2015, p. 87-89).

Isso implica, em alguns casos, a revisão de conceitos tão essencializados para o campo quanto o de sítio arqueológico, por exemplo. Trabalhando com o campo da arqueologia afro-latino-americana, Kathryn Sampeck e Lúcio Menezes Ferreira nos desafiam a pensar o quilombo como sendo, simultaneamente, um coletivo, um território ancestral e seus processos históricos: “Enquanto a típica metodologia centrada no sítio delimita uniformidade, fronteira rígida e particularismo, os quilombos são paisagens heterogêneas nas quais quilombolas sempre se deslocam, construindo suas narrativas sobre o passado e suas materialidades cotidianas” (SAMPECK, FERREIRA, 2020, p. 143-144).

A partir de tal conceito os autores nos propõem o trabalho arqueológico a partir do que seria a “arqueologia do nomadismo”, recuperando redes de solidariedade entre quilombos e senzalas para melhor compreender a constituição de territórios ancestrais, ou seja, “lugares para onde seus antepassados fugiram” (SAMPECK, FERREIRA, 2020, p. 144). Isso também implica a ampliação do próprio conceito de quilombola, para a inclusão de redes estabelecidas com outros coletivos excluídos com os quais quilombolas se associam e partilham a vida. Também implica repensar em profundidade, de forma crítica, as articulações intelectuais e teóricas estabelecidas, em toda a América Latina, entre negritude e crioulição. Mas, sobretudo, implica lançar a disciplina para além das dicotomias entre forma e matéria (INGOLD, 2012), uma vez que para as cosmologias centro-africanas, de onde vieram a maioria dos escravizados, não há dicotomia entre alma e corpo, entre vida e morte. Os mortos integram a vida dos vivos, assim como os objetos e as pessoas formam “coletivos ontologicamente inseparáveis” (SAMPECK, FERREIRA, 2020, p. 149).

Em um trabalho que congrega as tradicionais metodologias arqueológicas com entrevistas com Babalorixás e lalorixás do Batuque, nome local para Candomblé, Lucio Menezes tem desenvolvido, a partir de materialidades encontradas em escavações realizadas na Charqueada São João (Pelotas, Rio Grande do Sul), um dos sítios da indústria saladeril brasileira do século XIX e XX, importantes abordagens em arqueologia comunitária. A partir desse trabalho foi possível perceber as profundas relações entre materialidades, território, espiritualidade, laços comunitários e resistência, através de elementos ritualísticos que se relacionavam com saúde e morte, por exemplo.

Destacando a importância que Ogum, inventor da arte da forja e da ferraria, e Bará (Exu), o intermediador entre a terra e o céu, tomam, entre os Orixás, durante o regime escravista brasileiro, Sampeck e Menezes (2020) nos desafiam a pensar o fazer da arqueologia a partir de suas ambiguidades, de seus entrecruzamentos, ou, como prefere os autores, de suas “encruzilhadas”. O ferro representou para os escravizados, coerção ou libertação, a partir de suas apropriações no mundo espiritual, assim como Ogum seria uma excelente metáfora arqueológica, por representar o fabrico de objetos duradouros e as suas cadeias operatórias. Articulações e manipulações (de pessoas e de materialidades), representadas por Ogum e por Bará, também tomam o mesmo sentido metafórico duplo, uma vez que significam tanto “o poder de articulação e manipulação

frente às agruras da diáspora e dos regimes escravistas” (SAMPECK, FERREIRA, 2020, p. 151), quanto representa, dentro dos princípios preconizados pela arqueologia pública e comunitária, o necessário diálogo para e com as comunidades, que coloca esses campos em consonância com as emergências e problematizações desenvolvidas pelo documento da UNESCO sobre abordagens centradas no humano, aqui anteriormente discutido.

Exemplos como o da abordagem da arqueologia comunitária na investigação de contextos afrodiaspóricos nos auxiliam a pensar de que forma o campo científico e o social podem produzir enredamentos que possibilitem encontrar vias de diálogo para pensar o patrimônio para as comunidades do presente e do futuro e, para além disso, que permitam discutir os próprios campos científicos e conceituais que circunscrevem os estudos da cultura material.

O engajamento da Arqueologia com tais abordagens constitui-se como um horizonte de possibilidade que pode gerar importantes diálogos com outros campos científicos relacionados ao patrimônio, entre os quais o campo da Conservação e Restauração. Assim como no caso da Arqueologia, já anteriormente citado, o nascimento da ciência da Conservação também está atrelado à formação dos Estados Nacionais e à preservação dos passados gloriosos das Nações, mas também à ideia de grandiosidade estética e arquitetônica. Nesse sentido a preocupação com a preservação do patrimônio para futuras gerações, bem como a manutenção de sua originalidade, estão no âmago das discussões teórico-metodológicas das nascentes disciplinas (DIAZ-ANDREU, 1996, *KAMEL-AHMED, 2015*). Entretanto, é a partir do aprofundamento das discussões em torno do patrimônio imaterial ou intangível, já no último quartel do século XX, que a percepção da importância das identidades e dos valores locais relacionados ao patrimônio toma cada vez mais importância e, em concomitância, que os valores intangíveis e a dimensão humana relacionados a esses patrimônios começam a ser percebidos como dotados de mais força de coesão social do que os discursos relacionados aos patrimônios dos Estados-Nação.

Nesse sentido, assim como no caso da Arqueologia, os caminhos da disciplina da conservação passam a estar cada vez mais vinculados aos aspectos intangíveis do patrimônio, de forma a promover cada vez maior convergência entre materialidades e imaterialidades.

O CAMPO DA CONSERVAÇÃO PÚBLICA. ALGUNS APONTAMENTOS

O campo da conservação e restauração de bens culturais ganhou paulatinamente uma necessidade de formação técnica voltada para atender ao prolongamento da vida útil daquilo que classificamos como patrimônio hoje, procurando vencer a disputa contínua contra a finitude da materialidade. Concomitantemente, essa especificidade técnica em exercício conduz a uma via que gradativamente diminui a participação pública.

A herança de Cesare Brandi, nas considerações a respeito da conservação e restauração, formaram muito do pensamento moderno sobre o respeito para com o patrimônio e sua restauração. Contudo, na passagem do século XXI, o professor titular do Departamento de Conservação e

Restauração da Universidade Politécnica de Valência, Salvador Muñoz-Viñas (2003) publica sua teoria de conservação e restauração, na qual (re)classifica e discute as teorias de conservação e restauração, denominadas por ele de “clássicas” para uma releitura em consonância com discussões contemporâneas do patrimônio. Viñas abre espaço para um aprofundamento teórico da disciplina, buscando colmatar lacunas entre teoria e prática, recolocando o patrimônio entre “o que”, “para que” e “para quem” se preserva e redefinindo em termos epistemológicos as operações de consideração de tomada de decisão.

A ética de trabalho segundo Viñas deve ser mais democrática: a exploração de conceitos como distinguibilidade e reversibilidade se tornam mais abrangentes para atenderem com sensibilidade o maior número de formas de entendimento daquilo que é conservado e/ou restaurado. Embora ressalte a importância das “*hard science*”, tais como a química e a física, como campos interdisciplinares da Conservação e Restauração, o autor mantém veementemente a opinião de que estas informam, mas não devem justificar exclusivamente as tomadas de decisão, ou seja, embora exatos, os resultados, quando aplicados a um modelo ou diagrama utilizado para o tratamento de bens patrimoniais, podem ser, de fato, subjetivos. Para Viñas, interdisciplinaridade e sustentabilidade são critérios fundamentais para que as escolhas atendam de maneira mais satisfatória um maior número de sensibilidades, sendo que o debate interdisciplinar ainda reduz o risco de excessos “aristocráticos” cometidos por profissionais que podem orgulhosamente transformar a originalidade dos bens culturais. É o que nos justifica, quando fala da atualidade de sua obra:

La fragmentariedad es una de las principales desventajas de la teoría contemporánea de la restauración, porque hasta ahora la ha hecho de difícil articulación. Pero hay otras: es nueva, es desmitificadora (o mejor, re-mitificadora), y exige un esfuerzo intelectual de adaptación a aquellos que ya conocían las teorías clásicas. Sin embargo, tiene también importantes ventajas. Se adecua mejor a la realidad de la conservación y restauración tal y como se practica en la actualidad, y emplea instrumentos conceptuales más flexibles. En resumen, la teoría contemporánea de la restauración es más útil que las teorías clásicas porque permite comprender mejor muchos de los problemas que afronta el restaurador o las personas afectadas por su trabajo, de modo que ese esfuerzo de adaptación probablemente valga la pena¹(MUÑOZ VIÑAS, 2005, p. 14).

Os termos “para que” e, sobretudo, “para quem” discutidos pelo autor abrem caminho para a participação pública nesses processos, articulando formas conjuntas de esforços na condução dos processos de preservação patrimonial, assegurando, com a participação pública, uma aproximação identitária e um pertencimento que abraçam sua historicidade, mantendo a memória social dos grupos ligados ao patrimônio com o qual se integram.

Entretanto, há muitos termos que definem, a partir de estudos de caso já publicados por

¹ A fragmentação é uma das principais desvantagens da teoria da restauração contemporânea, porque até agora ela tornou difícil de articular. Mas há outras: é nova, desmistifica (ou melhor, re-mistifica) e exige um esforço intelectual para se adaptar a quem já conhecia as teorias clássicas. No entanto, também tem vantagens importantes. É mais adequada à realidade de conservação e restauração como é praticada hoje e usa ferramentas conceituais mais flexíveis. Em suma, a teoria da restauração contemporânea é mais útil do que as teorias clássicas porque fornece uma melhor compreensão de muitos dos problemas enfrentados pelo restaurador ou pelas pessoas afetadas por seu trabalho, de modo que o esforço de adaptação provavelmente vale a pena (tradução nossa).

profissionais da área, a participação pública nos processos de conservação e restauro de patrimônio, alguns deles não amistosos como, por exemplo, os “desafios”, “limites”, “problemas”, “controvérsias” e ainda “conflitos” do que compreende envolver a participação pública nas esferas estruturantes que compreendem conservar o patrimônio.

O trabalho técnico de conservação e restauro, quando levado à risca no propósito de conservar a materialidade do patrimônio traz, em si, uma certa desumanização epistemológica, no sentido de imposição conceitual pela própria condução do restauro, não levando em conta certos pertencimentos e sistemas culturais, cujo resultado leva inevitavelmente, a certas colisões entre as partes envolvidas (considerando aqui principalmente o envolvimento nos processos, o que não ocorre em proporções muito justas).

A conservação de arte contemporânea é um bom exemplo de como a contemplação de muitos campos não-técnicos permite alcançar resultados mais eficazes nos processos de conservação e restauro, possibilitando que cada caso leve a uma nova construção de sentidos, abrangentes em suas epistemologias e salutares para as comunidades que se identificam e se relacionam com o patrimônio.

Barbara Appelbaum, em sua obra *Conservation Treatment Methodology*, oferece uma proposta de estudo que abrange a pesquisa do maior número de informações específicas através do que ela considera serem aspectos materiais e aspectos *não* materiais do objeto e do *não* objeto. Para a autora, múltiplas fontes de informações sobre o objeto e sobre o meio circundante podem fornecer referências necessárias para uma melhor tomada de decisão (APPELBAUM, 2010, p. 11-14).

Em sua proposta teórico-metodológica, a autora faz uma ponte entre as particularidades materiais e não materiais de uma obra ou objeto, a fim de evitar decisões precipitadas ou unilaterais na tomada de decisão sobre a conservação e/ou restauração. Apesar de cartesiano, seu plano confere artifícios para uma tomada de decisão que contemple, de maneira plural, os aspectos não materiais com um grau de importância que não é limitado ou suprimido pelos aspectos técnicos do exercício de conservar e restaurar.

Sendo assim, para pensar conservação e restauro de arte contemporânea, trata-se cada caso a partir do que se chama de “modelo de tomada de decisão”, do qual resultam procedimentos únicos para casos particulares que levam em conta fatores específicos daquele bem patrimonial, para além do rigor técnico quanto ao melhor procedimento para prolongar a vida útil de sua materialidade.

O processo de tomada de decisão discutido por esses autores referenciais para a disciplina exemplifica a importância de tratar a inclusão da participação pública como agente ativo nos processos que concernem à conservação e ao restauro de determinado patrimônio, evitando assim as controvérsias que ocorrem quando a *práxis* da conservação colide com as expectativas de outros atores envolvidos, que deveriam constituir parte intrínseca do processo decisório no campo da conservação e do restauro, mas que têm sua inclusão sido considerada, muitas vezes, como epistemologicamente equivocada.

Em consonância com Salvador Muñoz-Viñas, por outro lado, muitos profissionais do campo concordam que um posicionamento mais aberto ao diálogo entre ciência e sociedade afasta as divisões artificiais entre os componentes materiais e imateriais do patrimônio inclusive nos próprios

programas de formação, levando a um aprofundamento das práticas implementadas tanto por profissionais da área quanto por educadores e a que as ações de conservação e restauração, construídas a partir da participação pública, afastem tensões entre o campo teórico-metodológico e as necessidades das comunidades envolvidas.

A CONSERVAÇÃO PÚBLICA COMO CAMPO DE PESQUISA E AÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pensar a conservação pública como um campo de pesquisa e ação, implica pensar nas profundas ligações entre Patrimônio e Memória. As materialidades e o espaço ajudam a dar coerência às memórias e a (re)significá-las, assim como reforçam os laços comunitários em torno de um passado comum. Explorar como as materialidades e os espaços estruturam as dimensões intangíveis de uma comunidade possibilita compreender os sentidos em que as próprias transformações culturais vêm ocorrendo no seio dessas mesmas comunidades, permitindo desenvolver planos de gestão mais acurados, pois que em diálogo mais profundo com os atores envolvidos.

Os processos sociais que se relacionam às atividades culturais dão aos lugares e às coisas significados que constituem parte das identidades das comunidades. Entretanto, tais campos não são estáticos, e sim, entidades vivas, em constante transformação, disputa e ressignificação, de forma que o campo da Conservação deve ser concebido como “um processo para gerenciar as mudanças que ocorrem em determinado local, ao invés de apenas se constituir com uma técnica de congelar a imagem do lugar em algum momento do passado de uma forma emocional pitoresca” (KAMEL-AHMED, 2015, p.74). Isso implica necessariamente em tomar as comunidades como partes interessadas e partícipes dos processos de pesquisa, análise e conservação de lugares e acervos, pensando tal conservação para o benefício das comunidades presentes e futuras, o que implica pensar nos lugares que tais materialidades ocupam nessas mesmas comunidades.

Trabalhando com metáforas advindas da literatura, Nigel Walter (2017), no texto “*Everyone Loves a Good Story – narrative, tradition and public participation in conservation*”, propõe que pensar os patrimônios como biografia implica, estando eles vivos ou não, pensá-los como narrativa finalizada. Isso implica um olhar voltado para o passado, que muitas vezes desconsidera as necessidades das comunidades ligadas de forma inseparável a esses patrimônios no presente. Por outro lado, pensá-los como crônica implica construir um catálogo de eventos a eles relacionados, constituindo-se, da mesma forma que a biografia, em um olhar voltado para o passado e desconectado com o presente. O autor então propõe uma abordagem patrimonial como narrativa, o que, segundo ele, “oferece ao presente o que poderíamos chamar de ‘pegada (*footprint*) temporal mais ampla’, incorporando passado, presente e futuro” (WALTER, 2017, p.60). O autor ainda faz referência à fundamental contribuição de Ricoeur sobre o tema nos três volumes de Tempo e Narrativa, observando a “reciprocidade estrutural de temporalidade e narratividade” (WALTER, 2017, p. 60). Isso faz com que o olhar do especialista se volte tanto para a continuidade do processo de significância em relação

ao patrimônio, quanto para o “todo cultural” que o constitui e para os meios que permitiram sua constituição e não somente para as suas partes. Também inclui a participação intergeracional, permitindo que cada nova geração se sinta partícipe da construção de “mais uma página da história” desse patrimônio, mas também que constitua um senso de responsabilidade sobre ele. Por fim, também impõe um desafio para os especialistas: o de ativamente se engajarem com o passado, indo além da informação e do conhecimento sobre ele, para o envolvimento com as tradições (sempre vivas) que o constituíram. Isso implica que, quanto mais genuíno esse diálogo se constitui, menos ele é conduzido, de forma unívoca por uma das partes, o que, do ponto de vista científico, implica por sua vez repensar epistemologias das disciplinas a ele associadas. Envolve também entender o patrimônio como personalidade em constante construção e não como biografia finalizada.

Sobretudo, entretanto, implica abrir-se para uma abordagem que permite o engajamento aprofundado de não especialistas com o patrimônio, já que as narrativas se constituem como formas familiares a todos nós. Citando Bárbara Hardy, Nigel Walter nos convida ao encontro empático com a narrativa: “Sonhamos em narrativa, sonhamos acordado em narrativa, lembramos, antecipamos, esperamos, desesperamos, acreditamos, duvidamos, planejamos, revisamos, criticamos, construímos, fofocamos, aprendemos, odiamos e amamos em forma de narrativa” (WALTER, 2017,p.63).

Para reencontrar a narrativa como elemento basilar da sociedade e como proposta metodológica para a Conservação patrimonial, retomemos, finalmente, uma vez mais, o texto do ICCROM “*People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage*” (2015), no qual é possível entrever exemplos de iniciativas a serem desenvolvidas entre cientistas e comunidades, de forma a ampliar a participação ativa dessas últimas em relação ao patrimônio. Entre as sugestões que o documento pontua destacam-se a elaboração do *Cultural Mapping*, definido como: “O conjunto de atividades e processos para explorar, descobrir, documentar, examinar, analisar, interpretar, apresentar e compartilhar informações relacionadas a pessoas, comunidades, sociedades, lugares e produtos materiais e práticas associadas a essas pessoas e lugares” e o *Heritage interpretation*, que pode ser entendido como “Qualquer processo de comunicação projetado para revelar significados e relações do patrimônio cultural e natural ao público, por meio do envolvimento em primeira mão com um objeto, artefato, paisagem ou local” (ICCROM, 2015, p.8). Enquanto no primeiro caso, a metodologia pode ser desenvolvida com o uso de mapas efêmeros, *sketch mapping*, *photomaps* e maquetes, bem como com auxílio de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas e dinâmicas de grupo, como o photovoice e a elaboração de participatory videos. No segundo caso, a identificação dos valores angulares para as comunidades pode ser conseguida a partir de discussões, workshops, pesquisas de opinião e com sessões assistidas, nas quais a comunidade pode apontar o que valoriza e pretende preservar, levando-a a definir o coração da comunidade, seu senso de lugar, sua atmosfera, aquilo que faz com que seja considerada desejável para viver ou para visitar.

Em todas essas alternativas, o que necessita ser reforçado é que a participação pública ou comunitária não deve ser entendida, como nos exorta o mesmo documento, como uma simples forma de incrementar o número de atores de um sistema de gestão, mas, muito para além disso, como meio para tomar a voz das comunidades como elemento central do processo de conservação do patrimônio.

CONSERVAÇÃO PÚBLICA COMO MARCA DE LUGAR. BREVES CONCLUSÕES.

Pensar nas construções sociais, culturais, políticas e econômicas que permitem que determinados elementos patrimoniais – em suas dimensões materiais e imateriais - sejam alçados ao papel de símbolos, de marcas de lugar, implica pensar para além dos contextos que envolvem as redes de marketing, de consumo e de turismo relacionadas ao patrimônio, ou antes, de pensar tais redes como sendo resultados possíveis, ou externalizações, de outros laços, mais intrincados e fortes: aqueles que entrelaçam esses patrimônios com as suas comunidades, seja ela a local, a de interesse ou a de especialistas.

Como nos alerta Lorenç Prats (1983) os patrimônios são repertórios que são ativados como representações simbólicas de discursos identitários, sem os quais a retificação social necessária ao processo de ativação não ocorre. Sendo essa identidade um processo cultural dinâmico, várias versões identitárias podem coexistir numa mesma sociedade, bem como cada uma delas deve transformar-se ao longo do tempo. Conhecer essas comunidades e pensar a conservação patrimonial, a partir de diálogos construídos com elas, implica pensar o patrimônio como marca de lugar, sobretudo para aqueles que estão no cerne do processo de ativação patrimonial.

Por outro lado, como nos alerta Paulo Peixoto (2004), a própria identidade é usada como um recurso metonímico do processo de patrimonialização, que é mobilizado para que a mudança seja absorvida, apropriada e superada durante os processos de patrimonialização. Nesse contexto, muitas vezes, coloca-se em causa a vitalidade das identidades ou das práticas sociais que circundam, ao menos ao nível dos discursos oficiais, determinados patrimônios. Perceber em que medida(s) e de que forma(s) certos patrimônios são absorvidos e adotados por uma comunidade implica perceber o patrimônio em sua multivocalidade, que ultrapassa a consagração ou ativação pelas esferas oficiais, bem como, significa abrir espaço para outros valores culturais, identitários e patrimoniais invisibilizados ou subvalorizados pelas instâncias de poder de cada sociedade.

Assim, aceitando a reflexão de Laurajane Smith (2009, p.6), a partir da qual o Patrimônio é menos um objeto material, sítio ou lugar e mais uma negociação subjetiva e política de identidades, lugar e memória – sendo que todo patrimônio é intangível porque é um processo de reconstrução de valores culturais e sociais que nos ajudam a entender o presente – não é possível pensar em conservação patrimonial, senão a partir de diálogos profundos e permanentes com as comunidades a ele relacionadas, bem como, não é possível delimitar patrimônio como marca de lugar, sem que se compreenda (permanentemente) os contextos que constituem o, sempre vivo, universo cultural e identitário a partir do qual o patrimônio se torna possível.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Márcia Bezerra, Chris Gosden, Luis Lumbreras, Pedro MacGuire, Tim Schadla-Hall, Bruce Trigger (in memoriam). Mencionamos o apoio da FAPESP, CNPq, CAPES, Unicamp, ICArEHB-UAlg e WAC. A responsabilidade pelas idéias restringe-se aos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPELBAUM, Barbara. *Conservation Treatment Methodology*. 2ª ed., Nova York: Routhledge, 2010.
- BENAVIDES, A. H. O., LOIOLA, T. S. A., LEMKE, T. M., RATTIS, T. A. J. P. Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latino-americana. *Revista Terceiro Incluído*, 1(2), p. 164–192, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/17779>>. Acessado em: 30/05/2021.
- BENJAMIN, Walter : *Zur Kritik der Gewalt und andere Aufsätze*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1965 [1921].
- BEZERRA, M., FUNARI, P.P.A. Public archaeology in Latin America. In: SKEATES, R., MCDAVID, C., CARMAN, J. (Org.). *The Oxford Handbook of Public Archaeology*. 1ed, v. 1, Oxford: Oxford University Press, p. 100-115, 2012.
- BRANDI, Cesare. *Teoria de la restauración*. Madrid: Alianza Ed., 2000.
- CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio: Antologia para um combate*. Portugal: Edições 70, 2011.
- DÍAS-ANDREU, M.; CHAMPION, T. (org.). *Nationalism and Archaeology in Europe*. Colorado: Westview Press, 1996.
- EVANS, C. Soldiering Archaeology: Pitt Rivers and 'Militarism'. *Bulletin of the History of Archaeology*. 24: 4, 2014.
- GARRAFONNI, Renata. Arqueologia Pública: Diálogos sobre experiências e práticas no Brasil. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt, RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes, FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). *A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito*. Criciúma: UNESCO, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5477/1/EBOOK.pdf>>. Acessado em: 30/05/2021.
- FERREIRA, L. M. Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 3, n. 1[3], p. 81–92, 2015.
- FUNARI, P. P. A.. The world archaeological congress from a critical and personal perspective. *Archaeologies*, Blue Ridge Summit, USA, v. 2, n.1-2006, p. 73-79, 2006.
- GOSDEN, C. *Archaeology and Colonialism*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property. *People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage*. Rome: ICCROM, 2015. Disponível em: <https://www.iccrom.org/sites/default/files/PCA_Annexe-2.pdf>. Acessado em: 30/05/2021.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012
- KAMEL -AHMED, Ehab . What to conserve? Heritage, Memory, and Management of Meanings. *International Journal of Architectural Research - IJAR*, Vol. 9, Issue 1, p. 67-76, 2015. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/42136971.pdf>>. Acessado em: 30/05/2021.
- LEVINAS, E. *Altérité et transcendence*. Montpellier: Fata Morgana, coll, «Essais», 1995.
- LUMBRERAS, L. *La Arqueología como ciencia social*. Lima: Histar, 1974.

- MAGUIRE, P.; COSTA, D. 'Scientific torture'? Scientism and the marks of torture inside a police station in Belo Horizonte, Brazil. *Vibrant*, v. 15, n. 3, 2018.
- MERRIMAN, N. Introduction – diversity and dissonance in public archaeology. In: MERRIMAN, Nick (org.). *Public Archaeology*. Londres: Routledge, 2004.
- MOSHENSKA, G., SCHADLA-HALL, T. Mortimer Wheeler's Theatre of the Past. *Public Archaeology*. Maney. 10 (1), p. 46–55, 2011.
- MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Contemporary theory of conservation*. Oxford e Burlington: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.
- PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista crítica de ciências sociais*, n.70, Dezembro 2004.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión Del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 21, Universidad de Buenos Aires Buenos Aires, pp. 17-35, 2005.
- PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Política y Sociedad*, v.27, 1983.
- POLONI, R.J.S., FUNARI, P.P.A.. Nacionalismo e ciência: Arqueologia, imperialismo e Estado Novo em contexto luso-brasileiro. In: COSTA, Cléria B., RIBEIRO, Maraia E. S. R. C.. (Org.). *Fronteiras móveis: territorialidades, migrações*. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, v. 1, 2017, p. 283-300.
- RIEGL, Aloïs. RIEGL. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. Traduzido por: Ana Pérez López. Madrid: La balsa de la Medusa, 2008.
- SAMPECK, K. E., FERREIRA, L. M.. Delineando a Arqueologia Afro-Latino-Americana. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 14(1), p. 141–168, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/13895>>. Acessado em: 30/05/2021.
- SMITH, Laurajane. Class, heritage and the negotiation of place. Conference paper presented to the 'Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation' Conference, English Heritage, March 2009.
- TRIGGER, B. G. *Revolutions in archaeology*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1980.
- TRIGGER, Bruce G. Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. *Man*, New Series, 19, no. 3, p. 355-370, 1984.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Cosmological perspectivism in Amazonia and elsewhere. *Hau - Journal of Ethnographic Theory* (Masterclass Series vol. 1), v. 1, p. 45-168, 2012.
- WALTER, Nigel. Everyone Loves A Good Story – narrative, tradition and public participation in conservation. In: CHITTY, Gill (Org.). *Heritage, conservation and community: engagement, participation and capacity building*. Abingdon: Routledge, 2017, pp. 50–64.